

TERCEIRO SETOR NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM ENSAIO SOBRE DISCURSOS DE SUSTENTAÇÃO

Eduardo Bernardes de Castro; Artemis Barreto de Carvalho

Universidade Federal de Sergipe (eduardo.bernardes.castro@gmail.com)

Resumo

Pesquisas recentes elaboradas em conjunto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), demonstram o significativo surgimento de novas entidades privadas legalmente formalizadas como entidades sem fins lucrativos ou sem finalidades econômicas, também denominadas com organizações do terceiro setor. De forma coetânea a este surgimento situa-se o fenômeno do aumento da inserção destas mesmas organizações em serviços públicos como saúde, assistência social e educação, principalmente a partir da contrarreforma do Estado brasileiro em meados da década de 90 do século XX, por intermédio de parcerias, convênios e outros mecanismos de elo. Este fenômeno, também cognominado como fenômeno da terceira via, tem seu crescimento também associado ao expressivo aumento da quantidade de recursos públicos envolvidos nestes novos elos. Esta expansão encontra oposição orgânica crítica ao fenômeno, mas também encontra plácida aceitação por parcela da sociedade e, contraditoriamente, por parcelas de correntes e grupamentos sociais com visões políticas e socioeconômicas opostas, sob uma premissa de construção do bem comum, consenso e harmonia. Sob este contexto descrito, o presente trabalho objetiva caracterizar e analisar dois eixos teóricos que fomentam o fenômeno exposto nesta ideia de um cenário de bem comum e consenso. Baseada em revisão bibliográfica, a presente reflexão aponta que estes dois eixos buscam inserir o modelo da terceira via sem contraposições a partir de uma mutação de Gramsci como argumento teórico e a partir da utilização da linguagem do consenso e do bem comum como instrumento para unir lados antagônicos, atendendo interesses do capital.

Palavras-chave: Terceiro setor, organização social, publicização, Gramsci.

1. Introdução

Entidades sem fins lucrativos, também denominadas organizações do terceiro setor, integram um fenômeno desde a contrarreforma do Estado brasileiro na década de 90 que é marcado pela maior atuação delas em serviços públicos de saúde, assistência e educação.

Dados do IBGE (2012), do IPEA (2016) e da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (2016) indicam que este aumento se faz por maior número de arranjos organizacionais, mais parcerias com o poder público e expansão de recursos.

Restringindo o fenômeno ao escopo educacional, esta expansão encontra oposição crítica, mas também é aceita placidamente por parcela da sociedade e, contraditoriamente, por parcelas de correntes e grupamentos sociais com visões políticas e socioeconômicas opostas, sob as premissas da participação social e do bem comum. Estas premissas, por sua vez, são erguidas a partir de concepções teóricas e práticas adotadas que colaboram para sua sustentação e aceitação.

Sob este contexto descrito, o presente trabalho objetiva caracterizar e analisar dois eixos que sustentam o fenômeno exposto, a saber: a construção teórica de um conceito próprio de sociedade civil; e a prática do uso da linguagem do consenso e do bem comum.

2. Metodologia

Este ensaio trata-se de uma revisão bibliográfica conduzida por uma análise crítica do fenômeno em questão a partir dos dois eixos escolhidos para ensaio. Assim, autores como Montañó (2010, 2014), Vitullo (2012), Petras (2014), Nogueira (1999), Martins (2008) e Bobbio (1999) serviram como principais referências para os ensaios almeçados.

Neste sentido, a tessitura esteia-se pela construção de uma fundamentação teórica para expor expressões que designam estas entidades e respectivo espaço de ação, mais especificamente de organização da sociedade civil e de terceiro setor, segue pela descrição do cenário de condução destas organizações à execução de funções sociais a partir de princípios do capitalismo, para, em seguida, erguer as caracterizações e análises sobre os eixos citados.

3. Conceitos básicos e contextualização do fenômeno

Antes de entrar nos ensaios analíticos, é mister estabelecer o alcance das entidades sem fins lucrativos ou organizações do terceiro setor, assim como é importante contextualizar o fenômeno da condução destas organizações às funções públicas.

3.1 O terceiro setor enquanto conjunto de organizações e espaço de ação

Referenciadas por variadas terminologias, as entidades sem fins lucrativos são usualmente associadas ao conceito de entidades do Terceiro Setor e a sua inserção em serviços públicos associada ao conceito de terceira via. No Brasil foram denominadas “Organizações da Sociedade Civil” (OSC) pela lei nº 13019/14, a qual define que elas “são entidades privadas sem fins lucrativos [...] que desenvolvem ações de interesse público e não tem o lucro como objetivo”.

A locução Terceiro Setor associa-se ao conjunto de organizações e, simultaneamente, a um espaço de ação. Isto deriva da existência do denominado primeiro setor (público) e do segundo setor (mercado privado lucrativo) e representa, segundo Salamon e Anheier (1997), um conjunto de organizações que “são formais e estruturadas; são privadas; não distribuem lucros; são autônomas; e, não obrigatoriamente, são voluntárias”. Ressalta-se, porém, que o termo não possui definição formal.

Landim (1999) destaca que sobre estas organizações ergueu-se um universo nebuloso de instituições privadas, com diferentes origens e interesses, e sobre o mesmo cunhou-se a expressão Terceiro Setor. E ressalta o uso de forma mais expressiva pelo mercado:

[...] se analisarmos os canais através dos quais a expressão vem sendo mais disseminada, [...] chegaremos ao terreno do mercado: é usada amplamente [...] por empresas, fundações e organizações dedicadas à filantropia empresarial e [...] nova forma de atuação do empresariado. (LANDIM, 1999, p. 63).

Para Montaño (2010), o termo foi cunhado por intelectuais orgânicos ligados aos interesses da alta burguesia estadunidense e não tem origem nas ações sociais organizadas e lutas progressistas, mas sim no assistencialismo burguês. Sobre isto cita:

Este conceito, mais do que uma categoria ontologicamente constatável na realidade, representa um constructo ideal que, antes de esclarecer sobre um setor da sociedade, mescla diversos sujeitos com aparentes igualdades nas atividades, porém com interesses, espaços, e significados sociais diversos, contrários e até contraditórios. (MONTAÑO, 2010, p. 57).

No Brasil o GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), uma organização de “investidores sociais” privados, foi o principal responsável pela difusão do termo Terceiro Setor, patenteando a relação da locução com grupos empresariais (FALCONER, 1999).

3.2 Inserção do Terceiro Setor em funções sociais como estratégia do capital

Conhecida as concepções de OSC e Terceiro Setor, é pertinente que se contextualize, antes das reflexões objetivadas, sobre a condução do terceiro setor às funções sociais fundamentais, entre estas a educacional.

A relação Estado-OSC não se afirma de forma apartada de um contexto macro que inclui relações socioeconômicas e políticas. A inclusão de “OSC” como atoras de ações públicas educacionais compõe um engendro social que se funde com a concepção de Estado pautado pelo capital e com fatores históricos. (MONTAÑO, 2014).

Sistematizado em uma estrutura econômica e política que tolda dissonâncias sociais, o capitalismo oscila por ciclos que tentam superar seus momentos de crise e sumarizam ações para estabilizar o modelo por mecanismos variados, entre estes o de prospecção e conquista de novos mercados, que desponta da origem conceitual do modelo; e o das ações para minorar desequilíbrios sociais e insatisfações das massas por meio de programas de atenção social, em agir compensatório para manter ativos mercados conquistados (COURI, 2001).

Estes mecanismos oscilam períodos de maior e menor intervenção estatal. Alternam-se princípios liberais, com retirada do Estado, e princípios do Estado como agente de mitigação de diferenças sociais, como o “Estado de Bem-Estar Social”.

Cria-se um clássico movimento pendular do capital que ora esteia-se no Estado para o abrandamento de diferenças sociais e ora deslustra-o, através de ações que projetam e induzem à redução de investimentos públicos em questões sociais. (OLIVEIRA, 2009).

A contradição se materializa entre a necessidade de refrear diferenças sociais, por interesse do capital, e o não desejo de se usar recursos públicos para tal, os quais poderiam ser canalizados para mandatários do modelo econômico. Para Haddad (2007) esta contradição abriu via para o “trato” de questões sociais em concomitante atendimento às diretrizes do capital e ergueu um modelo de mitigação de desequilíbrios sociais por intervenção de ações de organizações privadas e uso simultâneo de recursos públicos.

Desta forma, o capital público, antes de chegar às questões sociais, passa por organizações privadas, rotuladas como Terceiro Setor, as quais iniciam um processo de mercantilização das questões sociais.

Não sendo possível constituir estas organizações como entes privados plenos, isto é, com fins econômicos, a instituição como “organização social” ou entidade sem fins lucrativos ajusta-se ao modelo erguido. Tem-se, assim, cenário em que a função social, a depender da organização que atua, torna-se mercadoria sob domínio de organizações privadas embaçadas. Destaca-se que isto não implica que a totalidade das ações e organizações envolvidas imbricam mercadoria e finalidade econômica embaçada.

4. Resultados e Discussão

Feita esta contextualização sobre a inserção do Terceiro Setor, partimos para a análise dos eixos de sustentação teórica do fenômeno e que abrem caminhos para a aceitação social.

As lidas por avanços sociais permanecem ativas em função do sentimento dos que sofrem com as adversidades socioeconômicas do capitalismo e na medida em que as realidades sociais e suas contradições permanecem em choque com um poder dominante.

Para este poder, o caminho para estes avanços pela ruptura social é ameaçador, sendo necessário abrandá-lo sistematicamente. Por outro lado, a via da ruptura é também visto como ardiloso por parcela dos que desejam transformações. (CHAGAS, 2012).

Destes posicionamentos brota a luz para um processo que conduz a um ponto de “consenso”, útil ao modelo dominante e classe vigente, e que tem no Terceiro Setor um útil aliado, como cita Haddad (2007). Germina a construção do senso comum por uma conexão entre um capitalismo “humanizado” e uma “esquerda branda” (MARTINS *et al*, 2010), ao mesmo tempo em que o capital encontra uma forma de inovar-se pelas questões sociais como mercadoria.

Contudo, é preciso que o novo modelo de trato às questões sociais - pelo Terceiro Setor - encontre eco social, de tal forma que o modelo se sustente e amenize resistências. Para tal, dois eixos se fazem fundamentais para sua sustentação: a criação de um conceito “próprio” de sociedade civil e a apropriação da linguagem do bem comum e do consenso.

4.1 A construção de um conceito de “próprio” de sociedade civil

É oportuno citar que o conceito de sociedade civil exhibe ao longo da histórica concepções diferentes que dependem de visões próprias. Neste sentido, relata Nogueira:

A história do conceito de sociedade civil remonta ao mundo clássico [...] Chegou ao século XIX, passando pelo Iluminismo, por Ferguson, Adam Smith e Rousseau, e infiltrou-se [...] nas formulações de Hegel e Marx, [...] se incorporou à cultura teórica contemporânea, penetrando particularmente os universos socialista e comunista. Ao longo do século XX, o conceito esteve [...] associado à elaboração marxista de Antônio Gramsci, ganhando forte disseminação após intenso trabalho de avaliação crítica de Cadernos do Cárcere. (Nogueira, 2003, p. 187).

Entretanto, a leitura e construção de um conceito de "sociedade civil" pela corrente da terceira via não se ergue sobre uma nova construção própria, mas sobre uma construção a partir de uma releitura de Gramsci, como citado por Martins (2008), o que imputa mutação ao conceito de um clássico para justificar visão própria de sociedade civil.

Esta releitura inicia pela tentativa de afastar Gramsci de Marx e excluir as lutas de classes da concepção de “sociedade civil”. Bobbio (1999, p. 56) ao analisar Gramsci, traz esta concepção de afastamento da seguinte forma: “[...] não pretendo absolutamente negar o marxismo de Gramsci, mas chamar a atenção para o fato de que a realização da sociedade civil não é o que o liga a Marx [...] mas precisamente o que o distingue dele”.

As argumentações de Bobbio (1999), incluindo às contestações feitas a ele e postas na mesma obra, lançam-se por sobre a ampliação do conceito de “sociedade civil” posta por Gramsci na conquista da hegemonia:

[...] a hegemonia gramsciana, compreendendo, como vimos, além do momento da direção política, também do da direção cultural, abarca como suas entidades portadoras não só o partido, mas todas as outras instituições da sociedade civil (entendida em sentido gramsciano) que tenham nexos com a elaboração e a difusão da cultura. (BOBBIO, 1999, p. 68).

Porém, Bobbio, embora acentue que não pretenda afastar Marx, segue sem aludir que as lutas de classes teorizadas por este permanecem enraizadas no conceito ampliado de Gramsci, ou seja, que as “outras instituições” carregam premissas de uma sociedade constituída por classes a partir das lutas econômicas das relações produtivas. Estas “outras instituições” não são apartadas da sociedade existente, pelo inverso, tal qual o Estado, elas são reflexos de lutas e sujeições a grupos dominantes.

A não alusão a esta premissa copia juízo de outros teóricos da terceira via e se traduz em estratégia de discurso, como cita Martins (2008).

Para este último, Bobbio apropria-se da condução gramsciana de "sociedade civil" e encobre outros posicionamentos de Gramsci, escondendo que a relação entre classes está presente na definição de sociedade civil de Gramsci.

Em concordância com esta assertiva, Montañó (2010, p. 59) cita que esta apropriação configura-se em “equivocadas interpretações, viciadas pelo viés liberal de Norberto Bobbio, sobre a obra de Gramsci” e Chagas (2012, p. 36) que “este processo consiste na diluição de antagonismos de classe e da apropriação indébita do legado gramsciano”.

Em suma, as instituições da sociedade civil inseridas em Gramsci não abandonam a presença de classes e suas lutas, e não abandonam as relações produtivas como raízes das projeções de interesse de classes, porém são solapadas pelo discurso da terceira via e, a este solapar soma-se a apropriação da abordagem da construção da hegemonia feita em Gramsci, de forma a utilizá-la como recurso útil à ideação da terceira via.

Neste sentido, o discurso trilha pelo ampliar da sociedade civil até sua universalização, sob argumento de que este ampliar leva à hegemonia pelo consenso e adaptação às condições disponíveis.

Cria-se uma via na qual a sociedade civil, antes concebida por politização, conflitos, contradições e materialidade, passa a ser vista de forma diversa, na qual se desenha um cenário de liberdade e espontaneidade, onde o capitalismo é seu esteio de harmonia.

É basilar, entretanto, destacar que este consenso não é posto sob um cenário real de submissão das instituições a uma classe dominante, ou seja, supõe-se um contexto no qual classes dominantes passassem a aceitar novas imposições e demandas sem conflitos. Submete-se o consenso às condições disponíveis, mas não se reflete sobre quem disponibiliza as condições e quais são estas.

Para Nogueira (1999), a interpretação de Bobbio (1999) força uma divisão entre “sociedade civil” e Estado, tornando-os figuras independentes, e criando uma dicotomia que não se alinha ao pensamento gramsciano, numa tentativa de afastar este do pensamento de Marx e desconstruir a projeção de um sobre o outro. No mesmo sentido, Martins (2008) desfaz esta separação ao referenciar o próprio Gramsci:

Para ele, a sociedade civil não é um mero terreno de iniciativas “privadas”, mas tem desde logo uma “função estatal”, na medida mesma em que se põe como “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado (Gramsci, 2000, p. 225)”. (Martins, 2008, p. 187).

Permite-se, desta forma, apontar que a “releitura” pela corrente da terceira via busca extirpar a presença de classes e suas lutas do conceito de "sociedade civil", e cria uma concepção atômica sobre esta. Neste sentido, cita-se:

[...] pode-se dizer que a leitura liberal bobbiana equivoca-se por não reconhecer as peculiaridades do materialismo, do historicismo e da dialética gramscianos, que concebem a ‘sociedade civil’ como o ‘dinâmico, complexo e moderno campo da ação política, econômica, social e cultural, onde as classes subjugadas são chamadas a empenhar as lutas [...] para se constituir como sujeitos’ [...] de sua própria história. (MARTINS, 2008, p. 97).

A partir do conceito próprio de "sociedade civil" vindo da terceira via, das mutações de Gramsci pelo afastamento das lutas de classes de Marx, e da construção de um conjunto de novas organizações sob este conceito, cria-se uma perspectiva de uma nova composição, o qual é assim retratado por Martins (2008):

É nesta perspectiva idealista, a-histórica e pouco dialética que Gramsci é tomado como fundamento daquilo que se concebe hoje como “sociedade civil”, [...] um conjunto de ações que se desenvolve [...] isolado da estrutura social, do Estado ou do mercado e, portanto, [...] neutro. [...] isso é uma apropriação indébita do legado materialista histórico e dialético gramsciano, que se esforçou [...] para captar a realidade concreta em seus imbricados, orgânicos e dialéticos contornos [...] para [...] empreender ações de superação do capitalismo, isto é, com um claro compromisso ético-político e ideológico, negado por aqueles que concebem a “sociedade civil” como um “terceiro setor”, fundamentando-se [...] nas teses da terceira via. (MARTINS, 2008, p. 97).

Calçados nesta indevida apropriação gramsciana, orgânicos da terceira via discursam aparentemente de forma menos liberal, rumando por sobre uma concepção dada como progressista, conseguindo, pela teoria, não só atingir uma direita humanizada como esquerda que se posiciona “menos radical”.

4.2 A construção e uso da linguagem do consenso e do bem comum

O segundo eixo para a construção e aceitação do fenômeno da participação do terceiro setor nasce a partir da construção de uma linguagem do consenso e do bem comum, o qual deriva da própria distorção de identidade de sociedade civil e da aproximação das bandeiras e não ruptura do capital e de uma esquerda conformada.

Martins (2005) destaca o papel da linguagem para construção do consenso. No mesmo sentido, Rodriguez (2014, p. 135) destaca como “a linguagem e o discurso se constituem em instrumentos articuladores da hegemonia liberal”, ratificando pensamento de BALL (2007) sobre o uso da linguagem no discurso dominante como instrumento para produzir posições subjetivas e obviedades que passam à condição de “não discutíveis”.

No contexto do Terceiro Setor, a linguagem torna-se importante ao servir como instrumento para cooptação de correntes ou lados inicialmente opostos, denominados por Neves (2010) de “direita para o social” e “esquerda para o capital” como visto.

“Poder popular, delegação de poderes, desenvolvimento de base” e outros termos aliados a uma linguagem técnica, social e apolítica inserem-se nos discursos, nas bandeiras e nos projetos, independentemente da origem e do propósito do seu uso. Cria-se sobre a "sociedade civil" um linguajar de não enfrentamento, embora proveniente de pensamentos progressistas e lutas sociais históricas, os quais são reconceituados em função de interesses hegemônicos apropriados nas novas organizações. (NEVES, 2010).

Para Montaña (2014), o politicamente correto, as palavras e os termos oriundos da esquerda que conduzem a uma linguagem do consenso são usados para esvaziar as lutas. Dantas (2014) define isto como “estratégia para anular o potencial das palavras de ordem das bandeiras políticas dos trabalhadores, tornando-as inócuas e obscurecendo, assim, a natureza real do conflito”, em um caminho encontrado para a despolitização e cooptação de uma esquerda conduzida pelas categorias sociais.

As palavras são redimensionadas para mitigar discrepâncias. Busca-se novo sentido ao que permanecerá, em essência, idêntico, e retira-se o que ao longo do tempo foi desmascarado pelos embates sociais. Cria-se nova roupa para um mesmo corpo.

O vocábulo de ordem passa a ser “participação”, o qual, segundo GOHN (2007) “é uma das mais utilizadas no vocabulário político, científico e popular da modernidade”. Na esteira do que questiona Dantas (2014, p. 122) - “quem não é pela participação?” - a resposta natural representa o propósito do uso do linguajar.

A aceitação das ideias participativas alcança militantes de esquerda e de direita, partidos políticos de correntes distintas, OSC, sindicatos e outras organizações, mas também alcança instituições como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, fundações associadas ao mercado e outras de perfil distinto das primeiras. (DANTAS, 2014).

Este abarcar de várias e distintas organizações utiliza do conceito modificado e próprio de "sociedade civil" posto pela terceira via, conforme visto, e reforça as mensagens de “sociedade civil apartada do Estado”, “participação social e democrática” e “organizações condutoras dos caminhos para o bem comum”.

O efeito deste linguajar se traduz na descentralização dos debates do trabalho e suas relações de produção, onde temas como reestruturação produtiva, reforma do Estado e exploração são mitigados, como afirma Petras (1999).

Para Montaño (2014), a mudança de foco da linguagem da exploração do trabalho e da luta de classes para o foco da exclusão social e outras questões sociais caracteriza alicerces da construção do Terceiro Setor à disposição do modelo do capital. Assim, organizações nascidas da associação de categorias de exclusão social e em defesa de temas sociais ganham expressão, em detrimento das organizações insurgentes da luta de classes, numa mudança do foco das lutas da causa para os efeitos pela linguagem.

Como aparelhos para a solidificação e sustentação da terceira via, imbricam-se a esta linguagem do consenso outros discursos, como da justiça social, do voluntariado e da filantropia. Assim, unem-se ao modelo a linguagem de organizações voluntárias, assistencialistas, de participação social. Trata-se do discurso do bem encobrindo qualquer outro tipo de discussão mais profunda.

A construção de uma cortina de boas intenções de filantropia e que encubra intenções de baixa aceitação popular torna-se útil. Para tal, o modelo histórico das entidades filantrópicas, de caridade e assistencialistas, sem fins lucrativos, lastreadas pelas ações do consentimento privado, tornou-se o aliado útil e de fácil aceitação social.

Como cita Montaño (2014), esta fórmula consiste na contrainsurgência praticada por intermédio do controle destas organizações, onde elas passam, mesmo que sutilmente, ao controle de classes dominantes capazes de agir sobre elas em paralelo a uma aceitação pública pautada no discurso da justiça social e da filantropia, ambas de difícil contraditório.

A aceitação social para além do conceito de justiça social alcança o conceito de participação social. Pertencer a um movimento de reivindicação enobrece o homem e fazer uso deste sentimento integra o conjunto de ações articuladas para atrair simpatizantes. Dantas (2014) cita como o confortável consenso sobre valores dominantes é capaz de negar ou ocultar de forma propositada um objeto ou uma luta, na tentativa de mostrar o quanto a boa intenção nega e obscurece a verdadeira intenção.

Esta aceitação social ainda perpassa pelo caráter de voluntariado, que transmite à sociedade uma mensagem de classes colaborativas, sem conflitos, e, em agravo, de que o posicionamento contrário significa opor-se ao bem. Grupos empresariais e politicamente articulados montam, por intermédio de novas OSC, cenários de construção harmoniosa e de concessão de benefícios, quando, a valer, estão apenas cumprindo com deveres. Porém, mesmo assim, estes grupos são compreendidos como novos construtores do bem-estar social. (COUTINHO, 2005).

Soma-se aos elementos deste eixo (bem comum, justiça social, filantropia, voluntariado) o discurso do empreendimento individual como meio para conquista da liberdade. Instala-se a essência da teoria liberal de que as causas dos males centram-se na individualidade e liberdade de escolha, ou seja, a todos é dada a oportunidade, se não há emprego possibilita-se o empreendimento individual a partir dos próprios esforços. Para isto, o associativismo laboral às organizações do Terceiro Setor serve como discurso de construção de sua importância para a sociedade e de alcance de liberdade.

Wellen (2014) aborda a construção deste discurso a partir dos conceitos de economia solidária, principalmente sustentada pelo cooperativismo, que se enquadra em uma das tipificações de “OSC” pelo marco regulatório de 2014. Para ele, o modelo do capital encontrou fórmula que conduz o trabalhador a abdicar condições de luta para migrar para um terreno completamente desfavorável a ele, porém encantado pela linguagem.

Em suma, linguagem do consenso, da justiça, da filantropia, da participação e do empreendimento são sobrepostas e conectadas, constituindo o segundo eixo descrito.

5. Considerações Finais

A construção de soluções para as questões sociais básicas, como a educação, por intermédio do espaço denominado "Terceiro Setor", apresenta-se como útil ao modelo do capital no sentido de sobrepor a contradição entre expandir mercados e gerir conflitos sociais, usando para isto a própria questão social como mercadoria.

A inserção de um composto diversificado de entidades sem fins lucrativos, denominadas utilmente como organizações da sociedade civil, dentro de um campo de ação denominado de Terceiro Setor de difícil delimitação de quem efetivamente integra e com quais interesses é característica do crescimento do fenômeno da terceira via.

O uso de uma linguagem de um clássico como Gramsci, como forma de dar estofamento teórico, sob uma mutação útil, aliado ao uma linguagem do consenso e da construção do bem comum tem servido como bandeiras orgânicas a serviço deste modelo que embuça diferentes e até mesmo divergentes interesses.

A sedução do canto da sereia posto por Montaño (2014) está sendo capaz de unir contraditórios sob a linguagem do bem, construindo um cenário de destruição das lutas e de acomodação aos interesses do capital de forma silenciosa.

As análises de quem são estas organizações e como elas se relacionam com o Estado e a função educacional são fundamentais para que cada vez mais se identifiquem as reais intenções e interesse que se encontram velados sob as parcerias entre o Estado e as OSC. É preciso que se tenha uma leitura crítica, que não nos encantemos pelo encanto do mundo sem conflitos e de um sociedade com geração espontânea das soluções para os esquivos sociais.

Referências

ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais). **Relatório Trienal: 2013-2016**. São Paulo: Abong, 2016.

BALL, Stephen J. *Education plc: Understanding private sector participation in public sector education*. London: Routledge, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo; Paz e Terra, 1999.

CHAGAS, Juary. **Luta de classes e estratégia revolucionária: duas polêmicas teórico-políticas com os ideólogos do “Terceiro Setor” e o “gramscismo reformista”**. In: VITULLO, Gabriel E. (org.). **A ideologia do “Terceiro Setor”**: ensaios críticos. Natal: EDUFRN, 2012.

COURI, Sérgio. **Ensaio sobre a evolução do capitalismo e do marxismo**. Brasília: UNB, 2001.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. **As ONGS e a Educação Básica oferecida aos pobres: do consenso da oferta à ação privatizante**. Tese (Doutorado em Educação). UFRN, Natal, 2005.

DANTAS, André. **Todos pela participação: quando o consenso denuncia a dominação**. In: MONTAÑO, Carlos (org.) *et al.* **O Canto da Sereia: crítica à ideologia e as projetos do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2014.

FALCONER, Andres P. **Promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. Disponível em <[http://empreende.org.br/pdf/ongs, oscips e terceiro setor/a promessa do terceiro setor.pdf](http://empreende.org.br/pdf/ongs,oscips%20e%20terceiro%20setor/a%20promessa%20do%20terceiro%20setor.pdf)>. Acesso em 22 abr 2016. São Paulo: USP, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, v. 3, Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Tradução de Carlos N. Coutinho e Luiz S. Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HADDAD, Sérgio; Tommasi, Livia de; Warde, Mirian J.; (Orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil**. Brasília, 2012.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**. Disponível em <<https://mapaosc.ipea.gov.br>>. Brasília. Acesso em 19 out 2016. Brasília, 2016.

LANDIM, Leilah. **Notas em torno do terceiro setor e outras expressões estratégicas**. O Social em Questão, n. 4, p. 61-98, jul-dez. 1999. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1999.

MARTINS, André S. *et al.* **Fundamentos teóricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia.** In: NEVES, Lúcia M. W. (org.). **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil.** São Paulo: Xamã, 2010.

_____. **Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo da Terceira Via.** In: NEVES, Lúcia M. W. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

MARTINS, Marcos F. **Sociedade Civil e Terceiro Setor: apropriações indébitas do legado teórico-político de Gramsci.** Revista de Filosofia Aurora, v. 20, n. 26, p. 75-100, jan-jun, 2008. Curitiba: PUC, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”.** São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2010.

NEVES, Lúcia M. Wanderley (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil.** São Paulo: Xamã, 2010.

NOGUEIRA, Marco A. **Sociedade Civil, entre o Político-Estatal e o Universo Gerencial.** Rev. Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 52, p. 185-202, jun. 2003. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18072.pdf>>. Acesso em 12 out 2016. São Paulo: ANPOCS, 2003.

_____. **Comentários de capa à obra de Bobbio.** In: BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil.** Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 2009.

PETRAS, James. **Prefácio.** In: MONTAÑO, Carlos (org.) et al. **O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do terceiro setor.** São Paulo: Cortez, 2014.

RODRIGUEZ, Margarita V. **Pesquisa Social: contribuição do método histórico-dialético.** In: CUNHA, Célio da et al. (orgs). **O Método Dialético na Pesquisa em Educação.** Brasília: Autores Associados, 2014, p. 131-152.

SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. **Defining the nonprofit sector: a cross-national analysis.** Manchester: Manchester University Press, 1997.

VITULLO, Gabriel E. (org.). **A ideologia do “Terceiro Setor”:** ensaios críticos. Natal: UFRN, 2012.

WELLEN, Henrique. **Os impactos da “Economia Solidária” sobre a classe trabalhadora.** In: MONTAÑO, Carlos (org.) et al. **O Canto da Sereia: crítica à ideologia e as projetos do terceiro setor.** São Paulo: Cortez, 2014.